

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 12634/ 2017

Institui o Programa Nota Fiscal Niteroiense, regulamentando o disposto nos arts. 73-B e 73-C da Lei nº 2.597/08.

O Prefeito Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município e arts. 73-B, 73-C e 186, § 1º, da Lei nº 2.597/08, de 30 de setembro de 2008 (Código Tributário do Município de Niterói).

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nota Fiscal Niteroiense, de incentivo à emissão da Nota Fiscal de Serviços – NFS-e, objetivando estimular, educar e conscientizar os cidadãos tomadores de serviços quanto à importância socioeconômica dos tributos e o direito à exigência da nota fiscal de serviços.

Parágrafo único. O Programa Nota Fiscal Niteroiense será gerido pela Secretaria Municipal de Fazenda, a qual compete:

- I** – promover os atos necessários para a implantação do Programa;
- II** – supervisionar, controlar e avaliar o desenvolvimento e os resultados do Programa; e
- III** – acompanhar e monitorar os atos de gestão do Programa.

Art. 2º O incentivo a que se refere o art. 1º consistirá:

I – na possibilidade de utilização pelo tomador de serviços do crédito proveniente de parcela do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN devido ao Município, incidente sobre o serviço acobertado por NFS-e e devidamente recolhido aos cofres do Município de Niterói, para abatimento do IPTU incidente sobre imóveis do tomador do serviço ou de terceiros que ele indicar, localizados no território do Município de Niterói, na forma estabelecida neste Decreto; e

II – na possibilidade de participação em sistema de sorteio de prêmios, na forma estabelecida em Resolução editada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 3º O crédito de que trata o inciso I do art. 2º deste Decreto corresponderá ao percentual de 10% (dez por cento) do ISSQN expressamente destacado no documento fiscal emitido exclusivamente para o tomador de serviços pessoa física, observado o limite de crédito de R\$ 1.000,00 (mil reais) por nota.

§ 1º Para fins de utilização do crédito de que trata este artigo, o tomador de serviços deverá estar devidamente identificado na Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) pelo nome e pelo registro no CPF.

§ 2º Quando o ISSQN for devido a mais de um município, o crédito do ISSQN corresponderá apenas ao percentual do imposto devido ao Município de Niterói.

§ 3º Quando o prestador do serviço for optante pelo regime do Simples Nacional deverão ser observadas as seguintes regras:

- I** – a geração do crédito ocorrerá no momento da emissão da NFS-e;
- II** – o crédito referente a NFS-e emitida pelo prestador ficará pendente de confirmação de que, no mês da emissão da NFS-e, a condição de optante pelo Simples Nacional foi devidamente preenchida pelo prestador;
- III** – a confirmação de que trata o inciso anterior será realizada mediante o confronto entre as informações dadas pelo prestador no sistema de emissão de NFS-e e aquelas existentes nos arquivos disponíveis ao Município no Portal do Simples Nacional.

§ 4º Os créditos eventualmente concedidos com base em NFS-e posteriormente cancelada ou substituída por outra de menor valor serão glosados, anulando-se, quando for o caso, os respectivos abatimentos porventura concedidos no IPTU.

§ 5º No caso disposto no § 4º deste artigo, quando houver anulação do abatimento concedido no IPTU, a diferença deste imposto deverá ser integralmente recolhida pelo contribuinte, sem prejuízo, quando for o caso, da incidência dos acréscimos moratórios devidos.

§ 6º O abatimento de que trata este artigo não alcançará a Taxa de Coleta Imobiliária de Lixo - TCIL.

Art. 4º Não geram crédito de ISSQN os seguintes serviços:

- I** – amparados por isenção, imunidade ou não incidência;
- II** – cuja exigibilidade do ISSQN esteja suspensa por processo administrativo ou por determinação judicial, na proporção do montante com exigibilidade suspensa;
- III** – cujo pagamento do ISSQN seja realizado por meio de lançamento de ofício ou após inscrição em Dívida Ativa;
- IV** – prestados por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISSQN a partir de base de cálculo fixa, estimada ou qualquer outro regime diferenciado de tributação estabelecido na legislação tributária;
- V** – prestados por microempreendedor individual optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional;
- VI** – cujo ISSQN não seja devido ao Município de Niterói, ainda que o serviço esteja acobertado por NFS-e;
- VII** – cujo pagamento do ISSQN foi objeto de parcelamento administrativo;
- VIII** – cuja NFS-e tenha sido cancelada sem substituição por outra NFS-e, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 3º;
- IX** – cuja NFS-e tenha sido substituída por outra de menor valor, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 3º.

Parágrafo único. A restrição estabelecida no inciso III do *caput* deste artigo não se aplica em relação a serviços prestados por contribuinte optante pelo regime do Simples Nacional.

Art. 5º Não farão jus ao crédito de ISSQN:

- I** – as pessoas naturais que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF;
- II** – os tomadores de serviços de que trata o inciso I do art. 2º deste Decreto, quando o CPF não estiver identificado na NFS-e;
- III** – os tomadores de serviços de que trata o inciso I do art. 2º deste Decreto em débito com o Município de Niterói e cuja exigibilidade não esteja suspensa na data da indicação do imóvel destinatário do crédito.

Art. 6º No caso de o prestador de serviços ser microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, será considerada, para cálculo do crédito a que se refere este Decreto, a alíquota de 2% (dois por cento) incidente sobre a base de cálculo do ISSQN, independentemente da alíquota efetivamente incidente sobre a operação.

Art. 7º Como condição indispensável para a habilitação à obtenção dos créditos de ISSQN, o tomador dos serviços deverá aderir ao programa de incentivo mediante autocadastramento a ser realizado no *site* disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

- I** – o tomador do serviço deverá informar os dados cadastrais solicitados pelo sistema;
- II** – o sistema processará as informações prestadas e, em caso de confirmação dos dados, será enviado a informação de que o cadastramento foi efetuado com sucesso;
- III** – no caso de não confirmação pelo sistema dos dados preenchidos pelo tomador dos serviços, este deverá corrigir o erro apontado, enviando novamente as informações para processamento pelo sistema.

Parágrafo único. O acesso ao programa de incentivo permitirá ao tomador do serviço efetuar as seguintes tarefas:

- I** – consultar o saldo dos créditos de ISSQN ao qual faz jus;
- II** – indicar o imóvel destinatário dos créditos de ISSQN, observado o disposto nos arts. 8º e 9º deste Decreto.

Art. 8º Os créditos a que se refere o inciso I do art. 2º deste Decreto serão totalizados anualmente, observando-se os seguintes procedimentos:

I – os créditos obtidos em decorrência de serviços tomados e acobertados por NFS-e, que forem emitidas no período de 1º de setembro do exercício anterior até 31 de agosto do exercício corrente, serão apurados e totalizados automaticamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, com base nos registros das bases de dados das NFS-e existentes em 31 de agosto de cada exercício, ressalvado o disposto no art. 12 deste Decreto;

II – no período de 1º a 30 de setembro de cada exercício, o tomador de serviços deverá indicar, por meio de aplicativo disponibilizado no sítio indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda, os imóveis que aproveitarão os créditos passíveis de apuração.

Art. 9º Para o aproveitamento do crédito previsto no inciso I do art. 2º deste Decreto, deverão ser observadas as seguintes regras:

I – não poderá ser indicado como destinatário do crédito o imóvel para o qual conste registro de débito em relação aos tributos sobre ele incidentes e cuja exigibilidade não esteja suspensa;

II – não será exigido nenhum vínculo legal do tomador do serviço com o(s) imóvel(eis) por ele indicado(s) como destinatário(s) do(s) crédito(s);

III – na ausência da indicação de que trata o *caput* deste artigo ou quando o tomador do serviço titular de mais de um imóvel constante do Cadastro Tributário Imobiliário do Município de Niterói não eleja o imóvel para o qual deverão ser aproveitados os seus créditos para fins de desconto do IPTU, o órgão responsável pela administração dos tributos imobiliários apropriará o crédito para o imóvel do tomador com o maior valor de IPTU devido, com preferência para os residenciais em relação aos não residenciais, e destes em relação aos territoriais;

IV – os créditos apurados deverão ser abatidos pela Secretaria Municipal de Fazenda do valor do IPTU referente ao exercício imediatamente seguinte ao da sua totalização, com o encaminhamento das guias para recolhimento do IPTU, sendo vedada a sua acumulação ou seu reaproveitamento em exercícios posteriores;

V – após a aplicação do abatimento dos créditos, o valor restante do IPTU relativo ao imóvel beneficiado deverá ser recolhido na forma e prazos previstos na legislação tributária municipal, dentro do mesmo exercício a que se refere o lançamento do imposto;

VI – a não quitação integral do IPTU dentro do respectivo exercício de cobrança implicará a inscrição integral do débito em Dívida Ativa, desconsiderando-se qualquer abatimento obtido com o crédito indicado pelo tomador.

Art. 10. Caso a Administração Tributária do Município constate a impossibilidade de utilização parcial ou total de créditos já indicados de acordo com a opção realizada pelo tomador do serviço ou, ainda, de acordo com o procedimento previsto no inciso III do art. 9º, tais créditos perderão a sua validade.

Art. 11. As reclamações contra a apuração e a totalização dos créditos de que trata este Decreto deverão ser interpostas pelo tomador do serviço, titular dos respectivos créditos, ou por seu representante legal formalmente constituído, junto ao órgão responsável pela administração dos tributos imobiliários da Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do lançamento do IPTU de cada exercício.

Art. 12. Para o abatimento do IPTU relativo ao exercício de 2018 serão apurados e totalizados apenas os créditos provenientes de NFS-e emitidas no período de 03 de abril a 31 de agosto de 2017.

Art. 13. O incentivo previsto neste Decreto poderá ser suspenso a qualquer tempo pelo Poder Executivo, no interesse da política fiscal de tributação, arrecadação e fiscalização.

Art. 14. Os casos omissos serão decididos pelo Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 15. O Secretário Municipal de Fazenda fica autorizado a expedir normas complementares a este Decreto, inclusive sobre o sistema de sorteio de prêmios previsto no art. 73-C, II, da Lei Municipal nº 2.597/08.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 26 de abril de 2017.

Paulo Bagueira Leal- Prefeito em exercício



Portarias

Port. Nº 1542/2017- Considera nomeado, a contar de 01/04/2017, **ERIVALDO CALADO DE JESUS** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Governo, em vaga da exoneração de Nádia Regina Gomes da Silva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 1543/2017- Considera nomeado, a contar de 01/04/2017, **ANDRÉ JOSÉ DA SILVA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Governo, em vaga da exoneração de Marcos Aurelio de Andrade Pacheco, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 1544/2017- Considera nomeado, a contar de 01/04/2017, **JOÃO LUIZ DE ALMEIDA ROCHA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Governo, em vaga da exoneração de Rosangela Ximenes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Corrigenda

Na Portaria nº1536/17 publicada em 25/04/2017, onde se lê: **Marcos Antonio de Mattos**, leia-se: **Marco Antonio de Mattos**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Fixação de Proventos

Ficam fixados os proventos mensais de **Kátia Araújo de Marco Scorzelli**, aposentada no cargo de Assistente de Planejamento, nível 06, matrícula nº1227.241-7, pela Portaria nº1537/2017, publicada em 26/04/2017, referente ao Processo nº20/3350/16.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Atos do Secretário

PORTARIA Nº 014/SMF/17

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
DESIGNAR, Luiz Inácio Carvalho dos Santos, para responder pelo expediente da Coordenação de Arrecadação, da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 17/04 a 16/05, do corrente ano.

DESPACHO DO PRESIDENTE DO FCCN
30/21539/16 – LINHOBEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
“ACORDÃO Nº. 1.925/2017: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO QUE COBRA CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFERENTE AO ISS DE JANEIRO DE 2012. ALEGAÇÃO DE QUE O TRIBUTO JÁ HAVIA SIDO RECOLHIDO AOS COFRES MUNICIPAIS. PAGAMENTO ESPONTÂNEO EFETUADO ANTERIORMENTE À DATA DE EMISSÃO DA NOTIFICAÇÃO. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. IMPROVIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO.”

30/23458/16 – ICARAI FASHION EMPRENDIMENTOS E REALIZAÇÕES LTDA.
“ACORDÃO Nº. 1.926/2017: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO QUE COBRA CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFERENTE AO ISS DE JANEIRO DE 2013. ALEGAÇÃO DE QUE O TRIBUTO JÁ HAVIA SIDO RECOLHIDO AOS COFRES MUNICIPAIS. PAGAMENTO ESPONTÂNEO EFETUADO ANTERIORMENTE À DATA DE EMISSÃO DA NOTIFICAÇÃO. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. IMPROVIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO.”

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
ATO DO SECRETÁRIO

PORTARIA n.º 005/2017
O Secretário Municipal de Ordem Pública, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
Art. 1º Convocar todos os vendedores ambulantes cadastrados na Rua São Pedro, para comparecerem à Cidade da Ordem Pública, sito a Rua Craveiro Lopes, 153 - Barreto, no dia 02/05/2017, às 14h, a fim de retirarem as autorizações das respectivas licenças de renovação para o Biênio 2017/2018, conforme relação abaixo:
Art. 2º Os requerentes deverão apresentar no ato do recebimento da licença, os documentos pendentes.

Rua São Pedro

PROCESSO	NOME
130000945/2015	Adelicio Sales
130000918/2015	Adriana Neves Souza de Jesus
130001418/2015	Alcemir Sodré dos Santos
130001078/2015	Alcenir da Rocha Santos
130000810/2015	Altermar Filgueira de Araujo
130000827/2015	Angela Vieira Neves
130000831/2015	Aurilene Soares de Sousa
130001391/2015	Carlos Davy da Silva Sousa
130001376/2015	Cecilia de Freitas Lima
130001227/2015	Celimar Costa Alves
130000849/2015	Celina Luciana dos Santos
130001500/2015	Cintia Rosa Lopes Miranda
130001147/2015	Claudia da Silva Alves
130001404/2015	Creuza Ferro Jardim
130001088/2015	Denilson Neves de Souza
130000927/2015	Elissandro Viana Santos
130000941/2015	Erivan Soares de Souza
130001118/2015	Francisco Barbosa de A. Neto
130000881/2015	Getúlio Macedo
130000825/2015	Izael Simplicio da Silva
130000997/2015	Jean da Silva Gregorio
130000959/2015	Jeová Ferreira Lemos
130001244/2015	João Soares de Sousa
130001327/2015	Jorgeane Serpa de Souza
130001456/2015	José Soares de Sousa
130001195/2015	Josias dos Santos Solidade
130001158/2015	Jovensilva Roque Neves
130000811/2015	Julio Cesar de Mattos Pessanha
130001080/2015	Lucia Helena da Silva Trigueiros
130001156/2015	Luciane da Silva Barreira
130000904/2015	Luis Alves Farias
130000904/2015	Luis Alves Farias
130000897/2015	Luiz Cláudio Marreiro da Silva
130001322/2015	Marcelo Ramos de Oliveira
130001140/2015	Marcelo Ribeiro
130000951/2015	Marcio Luiz Gomes Pereira
130000954/2015	Marcos da Silva Oliveira
130001241/2015	Marcos Mello Lima
130000857/2015	Maria Aparecida de Arruda
130000877/2015	Maria das Graças Venâncio
130000857/2015	Maria de Fatima Chagas da Conceição
130001027/2015	Maria Inês Moreira de Araújo
130000915/2015	Maria Inocencia Oliveira
130000958/2015	Maria Lúcia Santos Gonzaga
130000768/2015	Maria Silvina Gomes
130000854/2015	Maurício Pereira Sena
130001142/2015	Mauro da Silva Fujii
130000856/2015	Nilceia Santos da Silva
130001073/2015	Nilson Gonçalves Rebelo
130000989/2015	Nivaldo Mesquita do Nascimento
130000883/2015	Oltair Joaquim
130001229/2015	Paulo Barbosa
130000958/2015	Paulo da Silva Littieri
130000759/2015	Pedro Paulo Sanglard
130000965/2015	Pricila Vieira Pinto
130000842/2015	Rivaldo Vieira da Costa
130000916/2015	Regina Celi Pinto
130000824/2015	Robson Lyra Marques
130001543/2015	Ronaldo Martins Barboza
130001309/2015	Solange Mendes dos Santos
130000828/2015	Sonia Gomes Rodrigues Garche
130001182/2015	Sonia Maria Alves Feijó
130003815/2015	Vanderlei Novato da Fonseca
130001307/2015	Vivian da Silva Carvalho

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso de Estágio nº. 005/2016; **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e o estudante PEDRO DIAS PINHEIRO tendo como interveniente a UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE; **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade; **PRAZO:** Seis (06) meses, com início da vigência em 01/04/2017 e término em 30/09/2017; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 4.632,00 (quatro mil seiscentos e trinta e dois reais) referente a bolsa auxílio de R\$600,00 (seiscentos reais) e o valor estimado de auxílio transporte; **VERBA:** No Código de Despesa nº 3390.36.00, Programa de Trabalho nº 2201.041220001.2772, Fonte 100; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 11.788/08, Decreto Municipal nº10901/2011 e Portaria SMU nº 020/2013, despacho autorizativo da Secretaria de Urbanismo no processo nº 080/003205/2012; **DATA DA ASSINATURA:** 25 de Abril de 2017

Atos do Subsecretário de Trânsito
Portaria SMU/SST nº 053, de 25 de abril de 2017.
O Presidente da NitTrans e Subsecretário de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13, 11.445/13 e 12.143/15, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;
Considerando a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no art. 24 da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 – CTB;
Considerando o processo 530/003138/2017;
RESOLVE:
Art. 1º. Instituir área de estacionamento para operação de carga e descarga de obra na Rua Juiz Alberto Nader, nº 77, de 2ª à 6ª feira, no horário de 07: 00 H às 17:00 H, em sentido longitudinal, com validade vinculada ao término da obra, conforme disposto no processo administrativo nº 530/003138/2017.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Com base no artigo 9º do Decreto no 12.183/2016, RECONHEÇO A DÍVIDA a favor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no valor total de R\$ 16.615,20 (dezesseis mil e seiscentos e quinze reais e vinte centavos), referente ao Termo nº 003/013/2014.
Data da assinatura:25 de abril de 2017.
Ordenador de despesas: Carlos Raposo
ATO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Com base no artigo 9º do Decreto no 12.183/2016, RECONHEÇO A DÍVIDA a favor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no valor total de R\$ 16.310,58 (dezesseis mil e trezentos e dez reais e cinquenta e oito centavos), referente ao Termo nº 003/013/2014.
Data da assinatura:25 de abril de 2017.
Ordenador de despesas: Carlos Raposo

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DO PRESIDENTE
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias,
R E S O L V E:
Art. 1º: Instituir Comissão para estudo e elaboração do Edital de Chamamento Público para o ano de 2017, destinado aos Convênios a serem firmados entre a Fundação Municipal de Educação e as Instituições habilitadas no referido Edital no âmbito do Programa Criança na Creche, sob a presidência da primeira:
1- Eliza Helena Pandino Botelho Leonardo – matrícula: 234.548-6
2- Fabiana dos Santos Lucchi – matrícula: 236.798-5
3- João Carlos Schneider Gonçalves – matrícula: 236.333-1
4- Célia Regina Santos Cavalcante – matrícula: 227.049-4
5- Adilson Marcelo dos Santos – matrícula: 234.971-0
6- Rosângela Motta Dias – matrícula: 233.336-7
Art. 2º: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. **(PORTARIA FME nº369/2017)**

Na Portaria nº 685/2014, publicada no Jornal A Tribuna do dia 13/05/2014, alterar composição da Comissão para analisar e julgar os processos referentes à concessão de Gratificação de Insalubridade para Merendeiros e Auxiliares de Serviços Gerais, substituindo a servidora **Rosângela Brasil Rodrigues – matrícula: 228-013-9**, pela servidora **Rita de Cássia Pereira – matrícula: 234.382-0. (PORTARIA FME nº370/2017)**

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN
Despacho do Presidente
Averbação
Deferido - Proc.220/0163/2017 – Luiz Carlos de Carvalho e Silva, averbação da Licença Especial, ref o período de 20/02/1989 à 20/02/1994.

NITERÓI PREV.
Atos da Presidência
PROCESSO Nº 310/001141/2014 - **INDEFERIDO.**
PROCESSO Nº 310/00217/2014 - **INDEFERIDO.**
PROCESSO Nº 310/000673/2015 - **INDEFERIDO.**
PROCESSO Nº 310/000678/2015 - **INDEFERIDO.**
PROCESSO Nº 310/000716/2015 - **INDEFERIDO.**
PROCESSO Nº 310/000856/2015 - **INDEFERIDO.**

